



Universidades Lusíada

Porto, Manuel Carlos Lopes, 1943-

"Laudatio" ao doutorando na na sessão solene de investidura

<http://hdl.handle.net/11067/6625>

<https://doi.org/10.34628/ccps-1d61>

Metadados

Data de Publicação	2018
Palavras Chave	Belo, Carlos Filipe Ximenes, Bispo, 1946- Biografia, Belo, Carlos Filipe Ximenes, Bispo, 1946- Crítica e interpretação, Condecorações académicas
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FD] LD, s. 2, n. 19-20 (2018)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-29T17:12:01Z com informação proveniente do Repositório

II

**LAUDATIO AO DOUTORANDO
NA SESSÃO SOLENE DE INVESTIDURA**

LAUDATIO TO THE PH. DOCTOR

Manuel Lopes Porto

Senhor Reitor das Universidades Lusíada
Senhor Chanceler e Senhores Vice-Chanceleres
Senhor Bispo do Porto e outras Autoridades Religiosas, Militares e Civis
Senhor D. Carlos Ximenes Belo
Senhores Diretores de Faculdades e Colegas Docentes
Senhores Estudantes e Senhores Funcionários
Todos os demais presentes

Começo naturalmente com palavras de felicitação e de agradecimento aos responsáveis das Universidades Lusíada.

Há que felicitá-los desde logo, todos nós estamos aliás de parabéns por isso, pelo trigésimo Aniversário da Universidade Lusíada Norte, uma instituição bem marcante no quadro universitário do nosso país, com a qual tenho tanto honra em colaborar.

Felicito-os também, de um modo particular, por terem tido a iniciativa de incluir nas comemorações o doutoramento "*honoris causa*" de Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, uma figura extraordinária no mundo em que vivemos, como vou tentar sublinhar nas modestas palavras que vão seguir-se, que inevitavelmente ficarão aquém dos seus méritos.

E, neste quadro, compreende-se bem que tenha uma palavra muito sentida de agradecimento por me terem dado a enorme honra de me convidar para seu apresentante; o que muito me toca, por razões de diferentes naturezas.

Não é aliás fácil ou mesmo possível descrever em todas as suas dimensões os contributos proporcionados por D. Carlos Ximenes Belo; com o que ele representa como testemunho de uma fé intensamente vivida e comunicada, com investigações traduzidas em publicações que tanto têm vindo a enriquecer o nosso património cultural, bem como com o contributo, que nunca poderá ser medido em toda a sua extensão, para a libertação de um povo, com riscos pessoais e num tempo em que poderosos ventos da história não apontavam nesse sentido.

São os contributos nestes vários campos que vou procurar lembrar, depois de lembrar alguns passos da vida que tem vindo a percorrer, com o enorme gosto de o termos agora a viver connosco.

D. Carlos Ximenes Belo nasceu há setenta anos em Timor Leste, numa freguesia do concelho de Baucau, tendo frequentado aí a instrução primária. Seguiu-se parte do ensino secundário ainda em Timor, em Dili, com continuação em Portugal, no Seminário S. João Bosco, em Mogofores, e na Escola Salesiana do Estoril. A formação eclesíastica teve lugar em Lisboa, no Instituto Superior de Estudos Teológicos e na Universidade Católica, e a licenciatura em Roma, na Universidade Pontifícia Salesiana.

A ordenação sacerdotal veio a ocorrer em Lisboa, em 26 de Julho de 1980, das mãos do então Bispo Auxiliar de Lisboa D. José Policarpo, e a ordenação episcopal em Dili, em 19 de Junho de 1988, como Bispo Titular de Lorium e Administrador Apostólico “ad nutum Sanctae Sedis”, da Diocese de Dili (depois de ter estado impedido de entrar em Timor, na sequência da ocupação indonésia, em 1981, estando então em Macau).

Entre as funções desempenhadas, além das suas responsabilidades sacerdotais e episcopais, podem referir-se funções docentes desempenhadas em Timor, em Macau e em Portugal, bem como trabalho como missionário em Moçambique, em Maputo.

Temos com ele o exemplo de uma vida sempre com enorme empenhamento, motivando com a sua palavra e com o seu exemplo tantas e tantas pessoas, em Timor, em Portugal e em muitos outros locais onde os seus ensinamentos e o seu testemunho iam sendo conhecidos; com uma notoriedade, também através da palavra escrita, que o tornaram conhecido e admirado nos vários cantos do mundo.

Trata-se de notoriedade que contribuiu naturalmente para a atribuição do Prémio Nobel da Paz, em 11 de Outubro de 1996, sendo de sublinhar que foi a primeira vez e até agora a única em que esta distinção foi atribuída a um eclesíastico (o Prémio deste ano foi atribuído também a José Ramos Horta); com 14 personalidades especialmente marcantes do nosso país, incluindo dois anteriores e o atual Presidente da República e dois ex-Primeiro-Ministros, inquiridas então pelo Expresso, a considerar a atribuição do Nobel da Paz a D. Ximenes Belo como o acontecimento mais destacado do ano de 1996.

No que diz respeito a prémios e condecorações que já lhe foram atribuídos, não sendo necessário mencioná-los aqui (são em número muito grande), poderei

lembrar que se trata de prêmios e condecorações atribuídos em diferentes países, e no nosso país por municípios e outras instituições localizados de norte a sul do continente e nas regiões autónomas, como testemunho de uma admiração geral no território desta sua “segunda pátria”.

E é ainda na linha do reconhecimento de méritos que ultrapassa fronteiras dos vários continentes que vale a pena referir os seus doutoramentos “honoris causa”. Podendo haver alguma falha de informação, o doutoramento com que hoje nos honramos em atribuir é o seu décimo terceiro doutoramento “honoris causa”, com a particularidade, que vale a pena sublinhar, de os doze doutoramentos anteriores terem sido em quatro continentes e em nove países diferentes: nos Estados Unidos, no Brasil, na Argentina, no Chile, na República da Formosa, na Austrália, em Itália, em Espanha e em Portugal. Trata-se, pois, de um reconhecimento de méritos no plano mundial, por parte de instituições académicas de países com culturas bem diferentes.

Tendo a sua vida e a sua ação decorrido basicamente em Timor Leste e em Portugal, tratou-se pois de vida e de ação que se projetaram para muito longe das fronteiras destes dois países, tendo muito em particular o que fez em Timor um reconhecimento universal.

Os méritos de D. Carlos no seio da Igreja, com consequências que, como vou procurar sublinhar, ultrapassam muito esse âmbito, estão também refletidos numa vasta investigação histórica que tem vindo a levar a cabo, dando a conhecer o que foi ocorrendo ao longo de séculos.

A par de outras obras, poderei recordar em primeiro lugar a sua “História da Igreja em Timor Leste. 450 Anos de Evangelização (1562-2012)”, obra em dois volumes, de 2013 e de 2016, o primeiro cobrindo o período de 1562 a 1940 e o segundo o período de 1940 a 2012.

Podem ter-se assim um conhecimento que seria enriquecedor em quaisquer circunstâncias, mas que no caso de Timor-Leste, como voltarei a referir adiante, assume um relevo muito particular dado o papel que a Igreja Católica, com a sua presença tão grande em todo o território, teve no processo de libertação, designadamente no resultado do referendo que levou à independência do país.

Trata-se de obra editada por uma fundação aqui do Porto, a Fundação Engenheiro António de Almeida, pela mão do seu Presidente, o Senhor Doutor Fernando Aguiar-Branco, que nos dá o gosto e a honra de estar presente nesta sessão; numa iniciativa de edição que teve a intermediação, referida na sua introdução, do Senhor D. Manuel Martins, Bispo Emérito de Setúbal, tão ligado a esta Universidade, sempre presente nas suas sessões mais significativas. Tendo-nos deixado há pouco, não deixaria seguramente de estar hoje aqui conosco, e quero aproveitar esta oportunidade para expressar uma palavra de grande admiração e de grande saudade de uma figura tão marcante do nosso país.

Temos assim dois volumes muito interessantes, com o autor a descrever o que foi ocorrendo ao longo de quatrocentos e cinquenta anos, na sequência da primeira aproximação religiosa verificada em 1562; com os contributos aqui

dados a serem complementados com um bem interessante artigo seu de 2015, com “Lendas e Narrativas da História da Igreja de Timor-Leste”.

Os dois volumes referidos não se limitam todavia à “História da Igreja em Timor Leste”, tal como consta do título; descrevendo também aspetos especialmente importantes da evolução política deste país ao longo dos anos que foram decorrendo; naturalmente com referências com o maior interesse aos períodos muito negros vividos no século passado, como foram os casos da ocupação japonesa na 2ª Guerra Mundial e mais recentemente da ocupação pela Indonésia.

Entre os livros publicados por D. Carlos Ximenes Belo é de referir igualmente, numa edição também aqui do Porto (da Porto Editora, com uma segunda edição de 2013), uma obra com especial relevo para o conhecimento da história do país, sobre “Os Antigos Reinos de Timor-Leste. Reys de Lorosay y Reys de Lorothona, Coroneis e Datos” (tendo publicado em 2014, pela mesma editora, o bem interessante livro “Dili, a cidade que não era”).

A par destes e de outros contributos sobre a história da Igreja em Timor Leste e sobre a evolução política deste país, não podemos deixar de ser sensíveis ao relevo dado por D. Carlos Ximenes Belo à presença aí da língua portuguesa, designadamente com o artigo sobre “A Língua Portuguesa em Timor Leste. Passado, Presente e Futuro”). Trata-se de um artigo recente, de 2016, em que fala na dificuldade, aliás de qualquer língua, face à presença mundial da língua inglesa, designadamente nessa área geográfica, mas reconhecendo que apesar disso “o futuro da língua portuguesa em Timor apresenta boas perspetivas”, indicando casos vários em que se verifica a sua presença e o modo como está a ser promovida.

E, a par destes contributos, frutos de uma investigação própria e alargada do nosso homenageado de hoje, é de sublinhar o serviço que havia prestado já antes, em 2002, com o livro “Subsídio para a Bibliografia de Timor-Loro-Sa’e”, em que, conforme refere no próprio sub-título, apresenta “Uma Listagem Cronológica de Livros, Revistas, Ensaios, Documentos e Artigos desde 1515 a 2000”. Trata-se de um extraordinário trabalho de recolha, de muitas centenas de títulos, que em muito ajuda quem queira fazer investigação acerca do seu país.

Mas não podemos ficar por aqui, com a indicação de livros e artigos com que D. Carlos Ximenes Belo tem vindo a enriquecer-nos; sendo também interessantes contributos que tem vindo a dar em prefácios, posfácios e comentários de obras de diversos autores, autores que sentiram que enriqueceriam as suas obras com as palavras, ainda que breves mas significativas, do nosso homenageado.

O elogio a D. Carlos Ximenes Belo ficaria todavia gravemente incompleto se não desse por fim um relevo muito especial ao seu contributo para a libertação de um povo, o povo de Timor-Leste.

Trata-se aliás de contributo indissolúvelmente ligado aos contributos já referidos, com a sua palavra e o seu testemunho de fé a alimentar o empenhamento na libertação e na promoção dos seus concidadãos, e o fornecimento de um

melhor conhecimento do seu país, com a sua evolução ao longo dos séculos, a alimentar um desejável compromisso nacional.

E no caso de Timor-Leste tratou-se de contribuir decisivamente para uma libertação que muitos não julgavam possível, com potências de grande relevo a lutar ou pelo menos a aceitar passivamente a continuidade desse território na Indonésia.

Se me são permitidos dois testemunhos pessoais, com o valor que possam ter, recorde em primeiro lugar a falta de êxito dos deputados europeus portugueses que numa semana de sessões plenárias do Parlamento tentaram “convencer” colegas de outros países a assistir à projeção do filme do massacre no Cemitério de Santa Cruz, massacre ocorrido no dia 12 de Novembro de 1991. O filme foi apresentado em Estrasburgo pelo jornalista que fez a filmagem, Max Stahl, tendo conseguido esconder a máquina de filmar num túmulo, evitando assim o controle apertadíssimo dos militares indonésios que cometeram o genocídio, e indo recolhê-la depois. Apesar dos esforços de persuasão que foram feitos, designadamente por mim e também por exemplo pelo meu colega Carlos Pimenta, eram num número muito pequeno os deputados presentes de outros países, com a generalidade a preferir “desconhecer” uma realidade que, com a integração na Indonésia, garantia grandes interesses já constituídos, designadamente interesses com a exploração de petróleo.

E posso recordar também a reação verificada numa reunião na Comissão de Assuntos Externos do Parlamento de Camberra. Tendo ido oficialmente à Austrália numa delegação do Parlamento Europeu, e sendo o único deputado português nessa delegação, levantei naturalmente a questão de Timor-Leste; com o Presidente dessa Comissão a reagir, dizendo que a integração na Indonésia era um facto consumado, sendo a questão suscitada por mim por ser português, e tendo o coordenador do principal partido da oposição tomado de imediato a palavra para dizer que se tratava de posição igualmente do seu partido, mesmo uma posição generalizada na Austrália. Ninguém me acompanhou na minha preocupação, só à saída tendo visto na porta de um gabinete de um deputado, seguramente de um grupo minoritário, que não estava presente (a porta estava fechada), um papel afixado com uma expressão de discordância em relação à posição do seu país sobre a anexação de Timor-Leste. Fotografei esse papel, que foi publicado num semanário português.

Sobre a posição de alheamento em relação ao que estava a passar-se são insuspeitas as palavras de Francis Sejersted, presidente do Comité do Prémio Nobel, proferidas em Oslo no dia 10 de Dezembro de 1996, na sessão de atribuição do prémio. Depois de referir, a propósito do “esquecimento” do caso, que “existem tantos outros interesses e preocupações a atender... e Timor Leste é tão pequeno”, acrescentou: “Raramente, o cinismo da política internacional se manifestou com tanta clareza. As inúmeras razões da `realpolitik` permitiram a instalação de uma forma de neocolonialismo, exceccionalmente brutal. De uma população que se situava entre os 600 mil e os 700 mil habitantes, quase

200 mil morreram em consequência direta ou indireta da ocupação indonésia” (sendo “muitos os países” a atribuir “prioridade à ‘real politik’ com a Indonésia, menosprezando Timor Leste”).

É um testemunho bem esclarecedor, este testemunho de Francis Sejersted, sobre a realidade desse tempo e a dificuldade de a ultrapassar; perguntando, ao concluir a sua intervenção: “porquê tanta brutalidade” ?

Nada podendo fazer esquecer os horrores desse tempo, foi por seu turno um tempo em que se foi cimentando um sentimento de unidade nacional, abrindo perspectivas para o futuro. Trata-se de aspeto bem sublinhado por D. Carlos Ximenes Belo, participante tão ativo também neste processo. Referindo-se aos anos em análise, sublinha num dos seus livros que “podemos caraterizar este período como um período de sofrimento físico e moral nunca antes experimentado”; mas sendo “simultaneamente um tempo de discernimento da própria identidade e de escolhas decisivas quanto ao futuro como povo e como nação”.

E Portugal tem a honra de ter sido dos poucos países a defender então a causa da população deste país, podendo referir-se por exemplo o papel dos Presidentes da República, dos Governos então em exercício, designadamente através dos titulares da pasta dos Negócios Estrangeiros, de Diogo Freitas do Amaral, quando Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, e da nossa Embaixadora na Indonésia, Ana Gomes; com D. Carlos Ximenes Belo a referir num dos seus livros o papel que António Guterres teve na mudança de posição dos Estados Unidos, numa reunião com o Presidente Bill Clinton, no sentido da aceitação de uma consulta popular.

Ter-se-á reforçado assim, se possível ainda mais, a ligação fraterna que tem ligado e liga as populações dos dois países; não resistindo, pelo que tal significa, e esperando não pôr em causa a dignidade desta cerimónia, a lembrar a enorme emoção que senti ao ver as imagens da população de Timor Leste a festejar a vitória de Portugal no Campeonato Europeu de futebol, tal como se fosse a vitória do seu país; e esperando voltar a ver imagens semelhantes daqui a pouco mais de um mês, no dia da final do Campeonato do Mundo que vai ter agora início.

Para além dos esforços diplomáticos que foram feitos, indispensáveis designadamente para que viesse a ter lugar um referendo que permitisse ao povo de Timor Leste expressar a sua vontade, estava obviamente em aberto o resultado do referendo.

Estando eu convencido, pelo menos receoso, de que o voto fosse no sentido da autonomia do território, mantendo-se a integração na Indonésia (era nestes termos que estava formulada a pergunta, podendo responder-se “sim” ou “não”), tive uma primeira perceção de que não seria assim três meses antes (o referendo teve lugar a 30 de Agosto de 1996), quando tive o gosto de conhecer Ramos Horta, em Macau. Perguntando-lhe que perspectiva havia em relação ao resultado da expressão popular, tive da sua parte uma resposta de grande otimismo, em relação a uma maioria a favor da independência. Mas só depois do dia feliz

do referendo, com 78,5 % dos votos a favor da independência, percebi que a opinião dada era a expressão do conhecimento dos sentimentos populares, ao longo de todo o território, onde foi seguramente muito importante, sem dúvida a par de outras ações políticas e cívicas, a presença da Igreja Católica; uma Igreja tão ligada a D.Carlos Ximenes Belo, referido de um modo bem expressivo por Jorge Sampaio, em 1996, como “o pastor que, contra ventos e marás, não cede na vigilância e na defesa do seu povo”.

Conforme foi bem claramente expressado na Declaração da Nomeação dos Laureados com o Prémio Nobel da Paz 1996 (proferida, como se referiu já, a 11 de Outubro desse ano), de facto “Carlos Belo, Bispo de Timor Leste, tem sido o representante primacial do povo de Timor Leste. Com risco para a sua própria vida, tem tentado proteger o seu Povo das violações cometidas por aqueles que se encontram no poder. No seu esforço com vista a conseguir um acordo justo baseado no direito do seu povo à autodeterminação tem sido um porta-voz constante da não-violência e do diálogo com as autoridades indonésias”.

E assim aconteceu devido ao modo como foi assumindo as suas responsabilidades, num compromisso da Igreja com o “seu povo” que o próprio D. Carlos, na sessão de atribuição do prémio, expressou em frases riquíssimas, que vale a pena recordarmos aqui; ultrapassando em muito palavras que eu pudesse proferir.

Depois de recordar a afirmação de Terêncio, de que “sou humano; e nada do que é humano me é estranho”, acrescentou:

“Como homem, como ser humano, não posso permanecer indiferente perante aquilo que ao homem respeita”.

“Como membro de um povo, tenho de partilhar o destino do povo, assumindo totalmente este mandato, conhecendo os riscos que tal atitude irá envolver. Lutar pela defesa dos direitos de todos os povos não é privilégio exclusivo daqueles que orientam o destino do povo ou daqueles que ocupam elevadas posições na sociedade, é sim dever de todos, qualquer que seja a posição ou estatuto”.

Concentrando-se mais nas suas responsabilidades, D. Carlos continuou: “Como membro da Igreja, chamo a mim a missão de esclarecer e denunciar todas as situações humanas que estejam em desacordo com o conceito cristão e sejam contrárias aos ensinamentos da Igreja, que dizem respeito a toda a humanidade”.

Mais concretamente, acrescentou de seguida que “o Bispo Católico é o pastor do povo de Deus. A sua missão específica é espiritual. Tal missão é-lhe conferida enquanto guardião de recursos espirituais para a salvação das pessoas e fortalecendo-as na Fé de Jesus Cristo”.

“Mas a humanidade não está limitada a uma dimensão espiritual; um indivíduo deve ser salvo enquanto um todo, humano e espiritual. Neste aspeto, um Bispo Católico jamais pode ficar indiferente quando as possibilidades de realização humana, de um povo em todas as suas dimensões, não são respeitadas”.

Seria possível exprimir melhor as responsabilidades terrenas da Igreja? Mas, para além desta expressão tão feliz, temos bem presente o modo como D.

Carlos concretizou essas responsabilidades, todavia com a sua simplicidade a afirmar de seguida que não era a ele que se dirigia a homenagem do prémio acabado de receber:

“Assim, o Prémio Nobel da Paz, atribuído a um Bispo Católico, não é uma homenagem a uma pessoa mas, fundamentalmente, a gratidão pelo encorajamento que a Igreja Católica tem vindo a desenvolver, ao longo dos séculos, na defesa e na promoção dos direitos dos seres humanos”.

Permito-mo aqui discordar em alguma medida do Senhor D. Carlos, julgando que a gratidão à Igreja não exclui que se homenageie quem concretiza de um modo tão feliz os seus ensinamentos!

E o reconhecimento do papel da Igreja Católica em Timor Leste, um papel em que, vamos continuando sempre a lembrá-lo, teve e tem um lugar central o nosso homenageado de hoje, não pode deixar de ter tido influência no aumento de cidadãos católicos nesse país; valendo a pena olhar para os números, mencionados aliás num dos livros de D. Carlos: representando em 1949 9,0 % do total e 26,5 % em 1970 (uma percentagem ligeiramente superior em 1980) , passaram a representar 81,6 % em 1990 e 93,4 % em 2001 (93,6 % em 2010).

Não podemos nunca saber as motivações íntimas da adesão de cada pessoa a uma religião, seguramente com o enorme peso da palavra transmitida e do exemplo dado a conhecer. Mas é de julgar que no caso de Timor Leste terá sido de grande importância o reconhecimento do papel da Igreja Católica no processo que levou à independência do país, assegurando a liberdade e o respeito pela sua população; num aumento do número de católicos que tem em boa medida o valor de um “referendo”, num testemunho de agradecimento e ligação à Igreja e a D. Carlos Ximenes Belo!

Recordando mais uma vez palavras de Francis Sejersted, “o Bispo Belo tornou-se muito mais do que um mediador: este homem de paz tornou-se também um catalisador do seu povo, tão severamente posto à prova, o representante da esperança num futuro melhor”.

E, para além da motivação para a libertação do povo, é interessante a referência de D. Carlos a que “a Religião católica (a Igreja) contribuiu para que o povo timorense tivesse uma identidade e cultura próprias, e de raízes cristãs”.

Sendo inequívoco o papel que o nosso homenageado foi tendo em todo este processo, estamos perante um caso pouco ou nada vulgar, de homenagear, com a atribuição do doutoramento “honoris causa”, alguém que com a sua oração, a sua palavra, o seu testemunho e o seu empenhamento permitiu uma “nova vida” à população de todo um país, suscitando por isso a admiração de todo o mundo.

A Universidade Lusíada e eu muito em particular nunca poderemos esquecer este dia !